

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 2 | 2014

*A Política Externa Brasileira
na Visão de Hélio Lobo
(1908-1920)*

Gabriel Terra Pereira

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA VISÃO DE HÉLIO LOBO (1908-1920)

Gabriel Terra Pereira¹

Resumo: No contexto de republicanização das instituições e dos agentes políticos do Brasil no final do século XIX e início do século XX, a diplomacia brasileira, capitaneada pelas reformas empreendidas na gestão de Rio Branco, intensificou o processo de americanização, representada pela aproximação progressiva aos países do continente, notadamente os Estados Unidos. Hélio Lobo (1883-1960), cooptado pelo chanceler na esteira de renovação dos quadros do Itamaraty, foi um expoente dessa política de americanização se destacando ao elaborar obras de caráter histórico, focando-se nas ações da diplomacia brasileira na América do Sul no século XIX. A dedicação a essa carreira possibilitou-lhe o reconhecimento necessário para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de onde pôde publicar novos estudos focados na política externa do Brasil, solidificando seu comprometimento com a diplomacia das oligarquias característica da Primeira República. Observam-se em sua trajetória alguns pontos relevantes que permitem delinear sua visão de mundo, a saber: a referência constante ao Direito como elemento legitimador da negociação diplomática - postura vista nas obras sobre a história diplomática brasileira - e a utilização do passado diplomático brasileiro como instrumento de validação das ações presentes. Para o cumprimento da pesquisa foram analisados relatórios ministeriais, correspondência pessoal e diplomática de Hélio Lobo, bem como suas obras produzidas no período em questão e bibliografia selecionada.

Palavras-chave: História do Brasil; Política Externa; Diplomacia; Visão de Mundo.

BRAZILIAN FOREIGN POLICY IN THE VIEW OF HELIO LOBO (1908-1920)

Abstract: In the context of republicanization of the institutions and political actors in Brazil in the late nineteenth century and early twentieth century, Brazilian diplomacy, captained by reforms in the management of Rio Branco, intensified the process of Americanization, represented by the gradual approximation to the countries of continent, notably the United States. Hélio Lobo (1883-1960), co-opted by the chancellor in the wake of renovation of the tables in the Foreign Ministry, was an exponent of this Americanization policy highlighting the elaborate works of historical character, focusing on the actions of Brazilian diplomacy in South America in the century XIX. The dedication to this career enabled him recognition necessary to join the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), where you can publish new studies focused on the foreign policy of Brazil. Solidifying their commitment to diplomacy characteristic oligarchies of the First Republic. Are observed in its path some relevant points that enable outline their worldview, namely the constant reference to the law as legitimizing element of diplomatic negotiation - posture seen in the works of the Brazilian diplomatic history - and use the past as Brazilian diplomatic instrument validation of the shares present To fulfill the research ministerial reports, personnel and diplomatic correspondence Hélio Lobo and his works produced in the period in question were analyzed and selected bibliography.

¹ Doutor e Mestre em História e Cultura Política pela UNESP-Franca. E-mail para contato: gabrieltp@msn.com

Keywords: History of Brazil, Foreign Policy, Diplomacy, Worldview.

Introdução

O presente texto é fruto de pesquisas realizadas entre os anos de 2010 e 2013 e que culminaram com a elaboração da tese de doutoramento “Entre a diplomacia e a historiografia: a visão de mundo de Hélio Lobo (1908-1939)”. Ao se perscrutar a trajetória do diplomata e historiador, percebeu-se, entre diversas considerações, que Hélio Lobo foi um agente comprometido com a lógica institucional da República Velha (ou Primeira República), em que as oligarquias do café ditavam o *modus operandi* do campo político e da economia e ao mesmo tempo, a face externa dessa dominação, a diplomacia e a política externa do Brasil. Do ponto de vista historiográfico, sua iniciação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, foi fundamental para o acúmulo de conhecimento e formulação de hipóteses explicativas a respeito do tempo presente, os anos 1910-1920. Em outras palavras, aproveitou-se de um mecanismo frequentemente utilizado pelos historiadores comprometidos com uma ideologia e/ou regime políticos: o passado como instrumento legitimador do presente.

A seguir estão algumas das reflexões que Hélio Lobo realizou em seus primeiros anos como historiador da diplomacia brasileira, partindo do pressuposto chave de que o país possuía ampla coerência nas questões internacionais. Nesse sentido, o passado do Brasil no continente sul-americano, permeado de conflitos com os países vizinhos, devia ser exposto e analisado sob a ótica da neutralidade e do respeito ao Direito.

A dinâmica política brasileira e o ingresso no IHGB

O campo político do Brasil no início do século XX estava marcado por dois processos políticos, a saber, de grande impacto na ação diplomática: a republicanização das instituições e a americanização, entendida como aproximação aos países do continente e especialmente os Estados Unidos.

Esses processos, em curso desde os eventos de novembro de 1889, provocavam debates acalorados não somente nos círculos extraoficiais como a imprensa, mas dentro da esfera estatal. Entende-se que, de ambos os lados, a intenção era compreender e avaliar o comportamento do país diante das demandas domésticas e, igualmente, das internacionais. Um dos desafios nessa última esfera era gigantesco, pois significava resolver as questões do Brasil com diversos Estados sul-americanos que reclamavam a ausência de documentos

que demarcavam as fronteiras entre eles. Dessa esteira, despontava uma tarefa mais profunda: capacitar um corpo diplomático ainda atordoado com a mudança das instituições em 1889 e carente de diretrizes objetivas.

Assim, até o início de 1910 as tensões relativas às fronteiras do território brasileiro com os países vizinhos foram resolvidas. Sob a República, via arbitramento, definiu-se a Questão de Palmas (1890-1895) com os argentinos; a Questão do Amapá (1894-1900) com os franceses e a Questão do Pirara (1904) com os ingleses. Além dessas contendas, a Questão do Acre (1899-1903) e dos tratados de limites com a Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Uruguai (1908) e Peru (1909) engendraram certa estabilidade na formulação da política externa brasileira ao passo que Rio Branco, diretamente envolvido nas questões supramencionadas, adquiriu o *status* de herói nacional (MAGNOLI, 1997: 294-295).

Nesse sentido, diversas instituições estimularam o debate sobre as fronteiras do Brasil valorizando diretamente a história diplomática, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 sob a regência de Pedro de Araújo Lima com o fito de preservar a cultura histórica e geográfica do país. No IHGB foram desenvolvidas e publicadas inúmeras pesquisas sobre o passado diplomático do país, especialmente a partir de 1912, por ocasião da morte de Rio Branco. Durante o Segundo Reinado, nas páginas da Revista do IHGB, procurou-se lapidar um discurso histórico legitimador do Estado nacional, ao mesmo tempo em que, no âmbito do Estado, seus membros eram “recrutados”. Francisco Adolfo de Varnhagen, que havia sido diplomata e secretário do Instituto, frequentemente associou a história às ações políticas na medida em que julgava que o conhecimento do passado poderia nortear e instrumentalizar o Estado brasileiro.

Na transição para a República, o IHGB - encarado por muitos próceres republicanos como uma herança dos tempos da Monarquia - enfrentou uma série de desafios por manter a postura de valorização da figura de D. Pedro II. Após a proclamação, a cadeira do Imperador havia sido mantida na sala de reuniões, suas atividades no exílio nunca deixaram de ser divulgadas nas reuniões e sua morte reforçou as demonstrações de apreço dos membros ao “Imediato Protetor da casa” (GUIMARÃES, 2007: 25). Contrariando o Decreto baixado pelo Governo Provisório que abolia os foros de nobreza e títulos nobiliárquicos, o IHGB continuou a designar seus sócios por seus respectivos títulos, postura que atraiu cada vez mais ex-integrantes da política e da burocracia do Segundo Reinado. Por outro lado, a “resistência” do Instituto ao regime republicano o faria

sofrer por conta das dificuldades financeiras, as quais forçaram a dispensa de funcionários e geraram problemas na impressão das publicações, até então feitas através da Imprensa Nacional. Para resolver o problema, em 1890 foi proposta a criação de uma nova categoria de sócios, os beneméritos, que deveriam contribuir com a quantia de dois contos de réis no ato de admissão, sugestão que, após ser aprovada, garantiu a sobrevivência do Instituto a despeito das críticas de parte dos seus membros, como o Visconde de Taunay (GUIMARÃES, 2007: 23-27).

No tocante ao campo político, percebe-se que o IHGB contribuiu progressivamente com o governo para reerguer-se após o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), quando houve a colaboração com o Ministério das Relações Exteriores na concessão de documentos relativos às fronteiras do país, recebendo em troca um aumento progressivo das subvenções estatais, que chegaram a se equiparar aos tempos de D. Pedro II.

A guinada na reacomodação do IHGB foi dar-se de fato em 1908, quando Rio Branco foi eleito presidente da casa. Sócio desde 1867, o então Ministro das Relações Exteriores tinha um largo histórico de colaboração com o Instituto, ora oferecendo livros e mapas, ora realizando doações. Sua presidência foi marcada pela aproximação clara com o Itamaraty: recebia visitas do “secretário perpétuo” Max Fleiüss para mantê-lo informado da pauta de reuniões da instituição, impôs regras mais rígidas na admissão de sócios e intensificou a internacionalização do IHGB (MALATIAN, 2001: 142-145).

Nesse contexto, as oportunidades de inserção no Instituto se abriram para Hélio Lobo, que conhecia a relevância do apadrinhamento e das relações interpessoais no processo de eleição dos sócios. Hélio Lobo era filho de Fernando Lobo Leite Pereira, ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Floriano Peixoto (entre 1891-1892) e senador pelo Estado de Minas Gerais (1897-1898). Recentemente integrado aos quadros do Itamaraty a convite do próprio Rio Branco, encontrou um ambiente favorável aos estudos sobre a história diplomática brasileira em razão dos trabalhos no Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano em 1908 e na preparação dos trabalhos da Comissão Internacional de Jurisconsultos, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1912.

No entanto, quem colaborou decisivamente para seu ingresso no IHGB foi um de seus ex-professores na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro no período de 1900 a 1904, Augusto Olympio Viveiros de Castro, sócio efetivo desde 1907. Embora Viveiros de Castro ministrasse as disciplinas de Direito Administrativo e Civil, foi na cadeira de Direito Internacional que ele e Hélio Lobo se aproximaram, dadas as funções que o jovem

diplomata havia assumido no Itamaraty no final da década de 1910. Na ata da reunião de 23 de abril de 1912, o então relator da Comissão de História do Instituto, Viveiros de Castro expôs a solicitação:

Propomos para sócio efetivo ou correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Dr. Hélio Lobo, autor dos seguintes trabalhos por ele oferecidos ao Instituto: “O Tribunal Arbitral Brasileiro - Boliviano”, 1910, e “Diplomacia Imperial no Rio da Prata” - (Contribuição para um estudo definitivo da história diplomática da guerra do Paraguai). O Sr. Dr. Hélio Lobo, funcionário do Ministério das Relações Exteriores, é um dos nossos mais jovens e distintos investigadores de assuntos de história pátria. Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1912 - Max Fleiüss. - Manuel Cícero. - Arthur Guimarães. - Carlos Lix Klett (RIHGB, 1912: 243-244).

Pode-se considerar que o campo de estudos que Hélio Lobo vinha se aprofundando - a história diplomática - não só estava em sintonia com a política externa brasileira cada vez mais marcada pelo recurso ao campo jurídico, mas igualmente, com a presença de Rio Branco na presidência do Instituto, que legitimou a recepção de novos diplomatas naquele espaço.

A admissão no Instituto perpassava etapas que contemplavam ordinariamente: a proposta ao ingresso; a votação pela Comissão de História, que avaliava o mérito da produção do candidato; e por fim, a aprovação da Comissão de Admissão dos Sócios. A candidatura do jovem Hélio Lobo foi rapidamente aprovada pouco mais de um mês após o pronunciamento de Viveiros de Castro, fato que, comparado à longa espera de outros candidatos submetidos ao mesmo processo, indicava não somente a proximidade de Hélio Lobo com seu ex-professor e o próprio Rio Branco, mas o desejo daquela comunidade o ter como confrade.

A publicação de *Antes da Guerra*

Como era praxe, todo proponente a membro oferecia ao IHGB um estudo inédito sobre sua área de interesse, postura que representava sua dedicação à pesquisa histórica. Nesse sentido, o diplomata apresentou um texto que historiava a atuação da diplomacia do Império na região sul-americana intitulado “A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865)”, balizando-se em uma enorme quantidade de fontes do Poder Legislativo, da imprensa e da diplomacia brasileiras. Era composto por oito capítulos que mapeavam as condições internas do Uruguai e a eclosão da guerra civil naquele país, bem como os

debates no Brasil para uma intervenção e o envio da Missão Saraiva, que teria o intuito de defender os interesses do país na região. Esses textos seriam republicados na *Revista Americana* e iriam compor no futuro a obra “Antes da Guerra”, publicada em 1914 (LOBO, 1914a)².

Antes da Guerra pode ser considerada uma iniciativa pioneira na historiografia brasileira sobre a diplomacia, que não a menciona com a mesma frequência de autores como Heitor Lyra, João Pandiá Calógeras e Hildebrando Accioly, que publicaram posteriormente obras com o mesmo fundo temático³.

Pode-se justificar a relevância da publicação de Hélio Lobo em razão dela traduzir-se em uma leitura harmonizada com a conjuntura internacional da década de 1910-1920 e com os interesses do Estado brasileiro do qual era agente. Ao reportar-se ao passado político e diplomático do país no século XIX, Hélio Lobo pretendia indiretamente apresentar uma visão distinta daquela formada nos primeiros anos republicanos, marcada pelo discurso negativo acerca das instituições monárquicas. É essa a premissa presente na obra e em outras subsequentes, em que procurou definir a história diplomática do Brasil como um processo vazio de tensões profundas e marcado pelo espírito pacifista. Nela, o autor historiou os conflitos dos quais o Brasil havia participado, ressaltando que o posicionamento belicista se efetivava somente por necessidade e pelo receio que os países vizinhos nutriam pelo país, dotado de uma imagem imperialista. Hélio Lobo acreditava que as desconfianças inspiravam no Império uma posição ativa e por vezes de agressividade quando eram atacadas ou questionadas suas três instituições básicas – a unidade territorial, a Monarquia e a escravidão - dado que sua sobrevivência estava diretamente ligada à manutenção desses pilares (FERREIRA, 2006: 16-18).

O recorte cronológico feito pelo autor partia dos momentos imediatamente anteriores ao conflito do Império brasileiro contra a República uruguaia do presidente Atanásio Cruz Aguirre em 1864 e apresentava o processo de negociação entre os representantes brasileiros e o governo uruguaio, em especial a Missão *ad hoc* de José

² Cf. LOBO, Hélio. **A diplomacia imperial no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: s/ed., 1911-1912. Idem. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): A Câmara em 1864 - A Agitação Liberal - O impulso para a intervenção no sul. **Revista Americana**, v. VII, 1912, pp.17-33. Idem. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): O emissário brasileiro José Antônio Saraiva - As instruções do governo imperial (continuação). **Revista Americana**, v. VII, 1912, pp.146-157. Idem. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): Aguirre a intransigência “Blanca” - Como são acolhidos os primeiros ensaios de pacificação. **Revista Americana**, v. VIII, 1912, p. 595-615.

³ Heitor Lyra, “Ensaio diplomáticos” (1922); João Pandiá Calógeras, “A política exterior do Império” (1927); Hildebrando Accioly, “Limites do Brasil - a fronteira com o Paraguai (1938).

Antônio Saraiva, conselheiro do Império. Nesse sentido, Hélio Lobo não economizou esforços na transcrição de ofícios diplomáticos e nas citações de obras e autores que lhe eram contemporâneos, mapeando o comportamento dos representantes brasileiros no Parlamento e as noções de diplomacia aplicadas à resolução do problema.

A princípio, o Brasil manteve uma postura de neutralidade com relação à guerra civil uruguaia em virtude das experiências anteriores na mesma região e para o autor, o objetivo da Missão era apenas “garantir a paz, a ordem e a tranquilidade daquele Estado” (LOBO, 1914a: 62). Complementarmente, expôs os problemas da Missão Saraiva no Uruguai e a alteração do posicionamento brasileiro, que da neutralidade à intervenção militar, estavam permeados pelo exercício equivocado da diplomacia que Hélio Lobo entendia ser a apropriada.

O diplomata tem que zelar, acima de tudo, [por] essa faculdade de adaptação pessoal que vincula o indivíduo ao cenário estrangeiro onde opera, sem se deixar seduzir por ele. O aproveitamento dos recursos do terreno, por pequenos que sejam, há de vir assim de um exame que, dia a dia, se transforma. Não bastará, então, para vitória de uma negociação, a nobreza dos gestos e muito menos a franqueza das atitudes. Será de mister alguma coisa a maior, que faz do espírito um prodígio de flexibilidade e arma o negociador com todos os recursos de uma defensiva magistral. Esgrima de alta escola, a ciência diplomática põe acima de tudo *l'art de se dérober*, a arte da esquiva, que aza ocasião nos grandes lances finais, bem pensados; ainda ofendendo, é defensiva, mesmo agredindo, transige (LOBO, 1914a: 65).

Hélio Lobo compreendia a diplomacia como “arte da esquiva” em razão da postura do representante brasileiro enviado ao Uruguai, que ao invés de seguir as instruções do Império, de tom violento, preferiu entender-se de modo mais ameno com o Ministro do Exterior uruguaio. Tal postura seria questionada em diversas ocasiões e apesar do Parlamento brasileiro não aprovar a medida de Saraiva, o Gabinete Monárquico referendou o ato, mantendo-se a ilusão de uma resolução pacífica da questão (LOBO, 1914a: 100-109).

Havia outra questão implícita no conflito com o Uruguai, ligada às críticas direcionadas à Missão Saraiva. A conduta da diplomacia brasileira orientava-se pelo paradigma do Direito Internacional Público vigente na Europa do século XIX, que entendia haver responsabilidade por parte do Estado mesmo em caso de guerra civil, ou seja, o Uruguai deveria zelar pelos interesses dos súditos brasileiros residentes naquele país mesmo em tempos de conflito. Caso não se observasse o cumprimento da regra, poderiam ser tomadas medidas como o bloqueio marítimo e militar, de modo que foram essas as

instruções levadas pela Missão brasileira. Justamente pelo fato de colocar essa tradição jurídica de lado, optando pela via conciliatória, que Saraiva foi cada vez mais criticado.

O que se observa no texto de Hélio Lobo é o objetivo de legitimar a intervenção brasileira através do viés jurídico e político, responsabilizando o governo uruguaio pelos atos praticados na fronteira pelos revoltosos liderados por Venâncio Flores - contrário ao governo do presidente Atanásio Aguirre. O ponto problemático do texto de Hélio Lobo era apresentar através da instabilidade interna dos uruguaios, a justificativa para a intervenção brasileira, ao contrário do que requeria o governo de Aguirre, que negava o reconhecimento da beligerância dos revoltosos. Assim a Missão Saraiva mantinha uma condição indefinida, exigindo da República uruguaia a proteção dos interesses do Império por meio de medidas que beiravam as ameaças (ALMEIDA, 2009: 99-102).

Na segunda metade do século XIX, o Brasil lidava com fatores de ordem regional para resolver as questões relativas ao Rio da Prata, envolvendo na empreitada não somente seus vizinhos, mas as potências europeias. A Inglaterra, por exemplo, era o principal parceiro comercial, investidor e detentor do débito público da América Latina, o que reforçava a necessidade de sua presença na região no sentido de equilibrar principalmente os interesses de brasileiros e argentinos. Os ingleses não impediram que na região se desenvolvesse uma política externa dotada de especificidades e identidade própria, ainda que sua condução fosse acompanhada de perto, como Edward Thornton o fez no certame uruguaio-brasileiro historiado por Hélio Lobo.

Thornton era diplomata de carreira enviado a Argentina e ao lado de Rufino de Elizalde, Ministro das Relações Exteriores daquele país, passou a acompanhar as negociações ao lado do representante brasileiro (ALMEIDA, 2009: 158). Das reuniões entre os países, foi deliberado um plano de pacificação interna que anistiava os indivíduos armados contra o governo de Aguirre, liderados pelo General Venâncio Flores, que tinha por intenção promover a estabilidade político-militar do Uruguai e cessar os ataques aos cidadãos brasileiros na fronteira com o país. Conforme documentação apresentada por Hélio Lobo, as dificuldades agravaram-se após o presidente uruguaio acionar condições diversas das combinadas, anulando os esforços de negociação (LOBO, 1914a: 162). A resistência de Venâncio Flores contrastava com a postura instável de Aguirre, paralisando qualquer entendimento diplomático. Em 5 de julho, Saraiva enviou um ofício ao Brasil declarando que “tudo estava perdido”, pois Aguirre estava cercado de ministros de

“inteligência política acanhada” e se nada o fizesse para resolver tal situação, “nada será possível conseguir amigavelmente” (LOBO, 1914a: 184-185).

Hélio Lobo conduz a narrativa sobre o conflito expondo as frequentes vacilações de Saraiva, que procurava entender-se com os representantes uruguaios sem apresentar o *ultimatum* do Império. A conduta do emissário brasileiro foi duramente criticada no Parlamento. Do Senado, Silveira da Mota e Paranhos afirmavam que a missão andava na esteira dos diplomatas argentino e inglês, que retiravam a autonomia do Brasil nas negociações. De outro lado, Zacarias de Góis e João Pedro Dias Vieira, respectivamente presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, endossavam a postura de Saraiva, bem como o auxílio estrangeiro, que contribuía sinceramente para o estabelecimento da paz. Em razão da inércia da diplomacia praticada por Saraiva e amparado na retórica senatorial, Hélio Lobo defendeu a necessidade da intervenção no conflito, apesar de não dirigir críticas ao Império. Em meio às tensões, despontavam declarações do governo paraguaio, o qual “destoava do convívio mais ou menos tumultuário das Repúblicas sul-americanas” (LOBO, 1914a: 200-203). Para Hélio Lobo, o isolamento e o desconhecimento da política externa do Paraguai geravam dúvidas acerca das intenções do país na região do Rio da Prata, que chegou a oferecer bons ofícios ao Império na solução da questão uruguaia, sendo prontamente negados pelo Conselheiro Saraiva dada a desconfiança pré-existente. O ambiente de tensão só agravar-se-ia com a apresentação do *ultimatum* em 4 de agosto de 1864, após as negociações fracassarem por “inércia dos uruguaios” fatos (LOBO, 1914a: 238-239). O documento “solicitava” ao governo do Uruguai que cessasse as hostilidades junto aos brasileiros residentes naquele país e os indenizasse de acordo com os prejuízos aos quais foram submetidos. O ministro das Relações Exteriores uruguaio, Juan José de Herrera, devolveu o documento e criticou a postura do Brasil, considerando-o uma interferência nas questões internas daquela República. Face a essa resposta, o governo brasileiro despachou instruções para que as tropas de mar e terra marchassem para o sul e redirecionou o chefe da missão brasileira para Buenos Aires, de onde observaria o desenrolar dos fatos (LOBO, 1914a: 244).

O entendimento de que as represálias ao Uruguai eram legítimas levou Hélio Lobo a defender princípios jurídicos igualmente observados pelo Império na época: a culpa *in eligendo*, quando um Estado é responsável pela (má) escolha de seus funcionários e a culpa *in custodiando*, quando um Estado é acusado de não ter exercido a devida vigilância sobre seus agentes (ALMEIDA, 2009: 108). Destarte,

Estava-se, portanto, em face de um momento grave, de incalculáveis consequências. Quase em guerra com a República Oriental do Uruguai, com o território prestes a ser invadido pelas hostes paraguaias, cujo chefe em nota de 30 de agosto [de 1864] protestara contra qualquer ocupação temporária ou permanente do oriental, sem saber dos próprios recursos; alheio, muito alheio ao tormento circunstante, o Brasil inaugurava [...] o período mais doloroso de sua existência de povo livre. Ninguém enxergou nada. O espectro da guerra anunciava, entretanto, bem perto, cinco longos anos de sangue que dificilmente se encerrariam (ALMEIDA, 2009: 259-260).

De forma complementar, era conveniente para o Brasil responsabilizar não o Uruguai em si, mas o governo daquele país e o do Paraguai, em detrimento de qualquer contradição da diplomacia brasileira no certame. Tal hipótese é reforçada pela observação das pretensões que a diplomacia brasileira vinha assumindo desde Rio Branco, já no século seguinte - a busca por hegemonia regional - e na importância que um estudo de história diplomática possuía dentro de uma Instituição como IHGB, a quem Hélio Lobo dedicou *Antes da Guerra*. O mesmo tema seria complementado em 1916, com a apresentação de documentos relativos ao conflito com as tropas e o governo uruguaio de Aguirre entre 1864-1865 na obra “Às portas da Guerra”, que teve sua publicação postergada em razão dos trabalhos realizados no gabinete da presidência da República de Venceslau Brás, entre 15 de novembro de 1914 e 23 de fevereiro de 1916 (BRASIL, 1916: 108).

Os princípios de neutralidade do Brasil

Nesse ínterim, Hélio Lobo apresentou a síntese dos debates da Comissão Internacional de Jurisconsultos da qual participou e do trabalho com os arquivos no Itamaraty. Em “O Brasil e seus princípios de neutralidade”, procurou compreender o seu tempo aos olhos do passado, balizando-se no posicionamento brasileiro face ao ambiente hostil da Guerra, iniciada em julho de 1914. Para cumprir essa tarefa, Hélio Lobo fez uma compilação das ações do governo brasileiro entre 1853, data de início da Guerra da Crimeia, e em 1907, data da II Convenção de Haia (LOBO, 1914b). Compreende-se que, dado o envolvimento de Hélio Lobo com o governo brasileiro, a publicação de obras que justificassem a atuação do país no cenário internacional apresentava-se como uma prática diretamente relacionada a um processo de socialização política, caracterizada por uma orientação para o regime político. Nesse sentido, a inserção no IHGB e os textos publicados demonstravam uma intensificação das atitudes específicas para com o campo

político bem como avaliação da política externa brasileira, ao analisar historicamente os princípios de neutralidade do país. É o que se pode notar na introdução da obra:

O estudo da neutralidade não supõe somente abstenção. O neutro deixa de tomar partido nas operações. Deve também impedir que de parte sua se auxilie, de qualquer maneira, um dos contendores. Ativa ou negativa, a neutralidade está subordinada a certo número de regras e preceitos, que se foram tornando pouco a pouco de aceitação universal. O Brasil, neste particular, sempre se esforçou por cumprir da mais honesta forma os princípios de neutralidade. Há nos seus arquivos diplomáticos, sobretudo no que respeita à guerra marítima, muita coisa que colher (LOBO, 1914b: I).

O primeiro conflito abordado foi a Guerra da Crimeia (1853-1856), que envolveu de um lado forças da França e da Grã-Bretanha e de outro, o Império Russo. Por sugestão dos ingleses o Brasil declarou-se neutro e comprometido a não auxiliar nenhuma das partes. Era, segundo Hélio Lobo, a “primeira declaração formal do Brasil em matéria de neutralidade” (LOBO, 1914b: 4).

A contenda entre as potências europeias e a ausência de regulamentação específica sobre o assunto foi tema do Congresso de Paris em 1856, certame em que o Brasil aderiu aos princípios de Direito Internacional reguladores do comércio e seu bloqueio, em caso de conflito. A partir do tratado de 30 de março, seguiram-se as diretrizes:

- 1º O corso é e fica abolido;
- 2º O pavilhão neutro cobre a mercadoria inimiga, com exceção do contrabando de guerra;
- 3º A mercadoria neutra, com exceção do contrabando de guerra, não pode ser apresada sob pavilhão inimigo;
- 4º Os bloqueios, para serem obrigatórios, devem ser efetivos, isto é, mantidos por força suficiente para proibir realmente o acesso ao litoral inimigo (LOBO, 1914b: 5-6).

Ainda que a influência política dos Estados Unidos no Brasil fosse mínima a essa época, foi questionado ao Parlamento brasileiro a justificativa para a adesão aos princípios supracitados, dado que os estadunidenses não o fariam por considerar que a abolição do corso seria prejudicial aos países com poucos recursos navais. A resposta do gabinete imperial foi a de que o contingente da Marinha brasileira não poderia ser equiparado ao dos Estados Unidos, primeiro porque as ações deste país eram orientadas pela pretensão de figurar entre as grandes nações marítimas, ao contrário do Brasil. E em segundo lugar, o Império não possuía razões para estimular rivalidades com os países da região, e soubesse

“que não é preciso recorrer à Marinha mercante para manter nossa superioridade naval [...]” (LOBO, 1914B: 13).

Na mesma obra foram dedicados dois capítulos às questões relativas ao posicionamento brasileiro durante a Guerra de Secessão, que ocorreu nos Estados Unidos entre 1861-1865. Hélio Lobo relatou situações que testaram a neutralidade do Brasil, declarada em 1º de agosto de 1861.

A primeira ocorreu quando o cruzado *Sumter*, pertencente aos Confederados, atracou no Maranhão (no mesmo ano) para reabastecer e James Watson Webb, ministro dos Estados Unidos, exigiu satisfações do Império, pois qualificava como intolerável o procedimento do Presidente daquela Província, Francisco Primo de Sousa Aguiar, que permitiu a entrada da embarcação no porto após seu comandante apresentar patente militar e não estar armado por particulares (LOBO, 1914b: 20). Os reiterados ofícios de explicação do governo brasileiro, que entendia não haver quebrado a neutralidade, geraram mais notas de protestos do governo estadunidense, dessa vez assinadas pelo Secretário de Estado William Seward (LOBO, 1914b: 19-23). No entanto, a desinteligência não ultrapassou as correspondências diplomáticas.

O segundo episódio ocorreu em 1863, quando outros cruzadores confederados - *Alabama*, *Florida* e *Georgia* - fundearam no litoral brasileiro para executar reparos e reabastecerem. Apesar de serem informados pelas autoridades pernambucanas e baianas acerca da impossibilidade dos procedimentos, notícias desses fatos chegaram às autoridades da União Americana e uma nova crise bilateral se instalou. Em razão da suposta inobservância da neutralidade por parte do Brasil, ao cruzado *Wachussets* foi determinada a captura da embarcação confederada *Florida* sob o pretexto de ter incendiado um navio da União (LOBO, 1914b: 43-47). A embarcação foi levada de dentro da Baía de Todos os Santos pelo cruzado unionista sem autorização do governo brasileiro, evento que provocou inúmeras reclamações de violação da jurisdição territorial. Após troca de correspondência diplomática, o Império brasileiro deu por encerrada a questão: “a Casa Branca nos deu todas as satisfações, lamentando a ocorrência, desaprovando o procedimento do comandante Collins” (LOBO, 1914b: 52).

O método de elaboração do livro obedece a um raciocínio por vezes problemático. Os documentos e a posição brasileira eram obviamente defendidos pelo autor, mesmo quando o Império assinalava ser prejudicado por um país neutro, como foi o caso da corveta *Brasil*, construída no estaleiro francês de Toulon em 1865. O governo francês,

observando sua neutralidade nos conflitos do Brasil com o Uruguai (1864) e o Paraguai (a partir de 1864), não permitiu que a embarcação deixasse o porto, suscitando protestos do cônsul, Barão de Penedo. Hélio Lobo justificava que o entendimento francês era equivocado, pois,

Dos dois países em guerra, o Brasil e o Paraguai, era o primeiro que aderira à declaração do Congresso de Paris, abolindo as cartas de corso; ao passo que o segundo, não só não se associou àquele grande ato, como também empreendia a guerra com crueldades inauditas (LOBO, 1914b: 56).

Ao recorrer aos princípios do Congresso de Paris, o Barão de Penedo, que à época travou as negociações, acabou por obter a autorização das autoridades francesas para tomar posse da embarcação.

Outros episódios da neutralidade brasileira foram apresentados por Hélio Lobo, em sua grande maioria envolvendo a proteção às partes dos conflitos, como na guerra Franco-Prussiana (1870), quando o Brasil admitiu a entrada de embarcações francesas no porto do Rio de Janeiro por razões “humanitárias” e na Guerra do Pacífico (1879-1883), em que o vapor inglês *Maranhense*, carregado com armamentos para o Chile foi impedido de atracar no Brasil em razão da violação do 2º princípio do Congresso de Paris (no qual o pavilhão neutro deveria cobrir a mercadoria inimiga, com exceção do contrabando de guerra) (LOBO, 1914b: 75-102)⁴.

Durante o período republicano, foram trabalhados dois episódios: o primeiro, acerca da guerra hispano-americana em 1898, por ocasião da publicação de uma nota circular de neutralidade que regulamentava o trânsito de pessoas e mercadorias durante o conflito (LOBO, 1914b: 104-109). Sobre o fato, Moniz Bandeira (1973: 121) interpreta que o governo brasileiro, paradoxalmente, simpatizava com os estadunidenses, chegando a ceder três embarcações ao país que contava com afinidades internas no corpo diplomático brasileiro. A partir dos argumentos de Hélio Lobo observa-se que a transição da Monarquia para a República no Brasil foi exemplar na americanização das suas diretrizes da política

⁴ A Guerra Franco-Prussiana (1870) teve origem nas intenções do chanceler prussiano Otto von Bismarck em unificar a Alemanha. Em oposição, o imperador francês Napoleão III tinha como objetivo reconquistar o prestígio do país, perdido após derrotas políticas e diplomáticas na Europa. O Tratado de Frankfurt (1871) acabou com a Guerra, impondo aos franceses a perda das regiões da Alsácia e Lorena, além de indenização aos prussianos, unificados. A Guerra do Pacífico colocou o Chile contra a Bolívia e o Peru entre 1879 a 1883 e envolveu a disputa por regiões economicamente importantes e limítrofes entre tais países. Uma das principais consequências do conflito foi a perda da saída para o mar dos bolivianos para os chilenos.

exterior, postura explicável por um distanciamento progressivo da Europa e, ao mesmo tempo, de aproximação aos Estados Unidos.

O último capítulo apresentava o evento contemporâneo ao autor, a “Grande Guerra” qualificada ainda como *européia*⁵. É possível entrever que, propositadamente, sua inserção no livro devia-se à proximidade temporal com os fatos e os exemplos dos capítulos anteriores convinhavam para justificar a postura do governo brasileiro no certame.

Hélio Lobo recorreu às Convenções de Haia (1899 e 1907) para elogiar os avanços do direito internacional em matéria de guerra marítima, qualificando-as como um “modelo de técnica jurídica e simplicidade de enunciação” (LOBO, 1914b: 112-113), legitimado pelo debate entre Rui Barbosa e José Maria Drago, da Argentina, acerca da permanência de navios beligerantes em águas neutras. Rui Barbosa defendia que as embarcações encomendadas pelos menos seis meses antes das guerras deveriam ser entregues aos países compradores, ao passo que o representante argentino entendia haver no procedimento a quebra da neutralidade do país fabricante. Dos debates ocorridos em Haia, foram elaborados dois decretos que passaram a regulamentar as questões jurídicas brasileiras relativas à guerra marítima internacional, atualizando os princípios do Tratado de Paris⁶.

Os decretos apresentados por Hélio Lobo relativos à neutralidade do Brasil foram elogiados pelas potências em guerra, especialmente a Inglaterra (BUENO, 2003: 458). De forma geral, os princípios neles estabelecidos impediam o alistamento de estrangeiros (§1º e §2º), compra de material bélico ou reparos nos portos do país (§3º, §4º e §5º) e sanções em caso de descumprimento das medidas (§19º), vigentes até o ano de 1917, quando Venceslau Brás decretou estado de guerra contra o Império Alemão.

Entre os debates sobre a neutralidade e a americanização do país, Hélio Lobo terminou mais uma obra sobre a história diplomática do Brasil, a segunda parte dos documentos relativos à Guerra contra Aguirre: “*Às Portas da Guerra*”. Na obra seguia-se o mesmo método de apresentação dos documentos, priorizando a transcrição e preterindo o posicionamento explícito.

Ali, como aqui, prevaleceu, sempre que possível, o documento sobre a exposição. Pode ser até menos literário, mas parece mais fiel. Cada de um de nós

⁵ A data de publicação da obra de Hélio Lobo era 24/8/1914. A Guerra iniciou-se “oficialmente” em 28/7/1914.

⁶ Decretos nº 11.037 de 4/8/1914 e nº 11.093 de 24/8/1914. Hélio Lobo (1914b: 111) inseriu como anexo a Convenção de direitos e deveres das potências e das pessoas neutras em caso de guerra terrestre e marítima (18/10/1907).

tem, para seu agrado, uma arte de imaginar. Dela dispomos a nosso capricho nas coisas do futuro. Justo é que lidemos de reduzi-la nos sucessos do passado (LOBO, 1916: VII).

A obra, combinada com sua “primeira parte”, *Antes da Guerra*, complementava os traços da visão de Hélio Lobo sobre a diplomacia brasileira e a política exterior do país, permeada pelo que Heitor Lyra apontava como o “legado imperial”. Nessa interpretação, a política de limites, de equilíbrio e de intervenções que caracterizou o período monárquico foram princípios interiorizados pelo estamento diplomático brasileiro, especialmente aquele que amadureceu em meio à gestão de Rio Branco, considerado a personificação intelectual desse legado. Essa herança seria complementada pela aproximação ora oportunista e estratégica dos Estados Unidos, ora ingênua e aliancista do Brasil no final do século XIX, notadamente após 1889 (LYRA apud MAGNOLI, 1997: 223). Portanto, a leitura de Hélio Lobo sobre as relações diplomáticas na década de 1860 revelavam-se uma síntese desse processo, algo perceptível em suas obras sobre o conflito do Brasil contra o governo uruguaio.

Nos primeiros capítulos Hélio Lobo manteve a preocupação de demonstrar - via documentação diplomática - as diversas tentativas de paz propostas pelo governo brasileiro e desconstruir as críticas da imprensa uruguaia que dizia ser o Brasil um país poderoso e que se impacientava contra os fracos; que era opulento e atacava os Estados pobres; que era ilustrado e patrocinava a barbárie. Em resumo, o nome do Brasil “tinha ficado como a síntese do adversário perigoso, contra cujos lances de conquista fora mister uma vigília permanente” (LOBO, 1916: 26-28). Esse período de tensão seria explicado no capítulo intitulado “Sós na América”.

Achávamo-nos sós na América. Vinha de longe a desconfiança, quando portugueses e espanhóis, prolongando as rivalidades da península, aqui testilhavam de suas posses territoriais. Relembra-lo seria escrever a história mesma da colônia. É uma perpétua defensiva a de nossa vida, seja contra o avanço do lindeiro cobiçoso, seja para aparar a surpresa do oceano (LOBO, 1916: 33).

O que concorria para a manutenção desse estado de coisas, na visão de Hélio Lobo, eram diversas causas. A primeira, a abstenção do Brasil em participar das iniciativas pan-americanas, inspiradas na colonização espanhola e que invalidavam a sua integração no continente; a segunda, a existência da chamada “águia imperial”, ou seja, a forma de governo monárquica que contribuía para o olhar desconfiado dos vizinhos; a terceira

sustentava-se no impedimento à livre navegação na bacia amazônica, postura contraditória se comparada aos interesses brasileiros na bacia platina (onde defendia a livre navegação) e perceptível aos olhos de argentinos, uruguaios e paraguaios. Por fim e não menos importante, haviam as questões da mão de obra escrava, que entravava qualquer diálogo interamericano, conforme notado pelo Visconde do Rio Branco à época; e a de limites, que colocava em suspeito as administrações vizinhas (LOBO, 1916: 40-41).

No ano de 1864, em razão do conflito iminente, as potências europeias, representadas pela Inglaterra e pela França, passaram a criticar o posicionamento brasileiro, que agia por reação e criava dificuldades para a manutenção do desembarque de mercadorias na região, além do *ultimatum* dado pelo governo paraguaio ao brasileiro em apoio ao Uruguai. Para Hélio Lobo, a situação agravava-se ainda mais com o desarmamento do Brasil, que não possuía forças suficientes em mar e em terra para empreender os objetivos projetados (LOBO, 1916: 79-80). Ainda assim o Império saiu vitorioso nos enfrentamentos contra as tropas de Aguirre em duas localidades uruguaias: *Villa del Salto* e *Paysandu*, tomadas pelas forças brasileiras aliadas aos homens do General Venâncio Flores, do partido *colorado*⁷.

A aliança brasileira em território uruguaio gerou inúmeras críticas na imprensa sul-americana e coube a José Maria da Silva Paranhos, designado em “missão de paz”, respondê-las. Em capítulo extenso dedicado a ele, Hélio Lobo tratou de compor uma figura singular na história política do Brasil, descrevendo qualidades e momentos importantes na trajetória como senador do Império.

O que o homem era, dava a ser o que tinha de ser. Do reinado se escreverá que Silva Paranhos foi a consciência mais lúcida das coisas exteriores, a mão mais segura a que estiveram entregues. Ninguém conhecia como ele as molas da administração, os princípios da política, os recursos parlamentares, a força da palavra animadora e convincente (LOBO, 1916: 131-132).

A construção da figura de José Maria da Silva Paranhos inseria-se no texto de Hélio Lobo como uma valorização do processo de negociação da paz no conflito e em razão das críticas que aquele diplomata recebeu após buscar apoio junto ao presidente argentino, Bartolomeu Mitre. Embora se perceba esse esforço de construção no texto, a ausência da

⁷ O capítulo 5º, intitulado “Salto e Paysandu” trata das batalhas que resultaram na vitória de Flores e do Brasil. Hélio Lobo apresenta de forma detalhada o número de envolvidos (o Brasil enviou cerca de dezesseis mil homens), liderados pelo Almirante Tamandaré e General Mena Barreto (LOBO, 1916: 91-108).

análise crítica das contradições da diplomacia brasileira entre 1864 e 1865 revela o método historiográfico utilizado pelo autor, calcado nas ações dos “grandes homens”.

Nesse aspecto, o autor mostra que as críticas ao Visconde do Rio Branco partiram do Almirante Tamandaré, defensor de ações enérgicas contra o governo de Aguirre, que por sua vez havia rasgado os tratados com o Brasil e arrastado a bandeira brasileira pelas ruas de Montevideú, posteriormente dominada pelas forças de Flores e do Brasil⁸. Hélio Lobo conclui o livro com a análise da demissão de Paranhos da missão após a assinatura dos tratados de paz em 20 de fevereiro de 1865, os quais se julgavam ineficientes por não haver devidamente atendido as ofensas cometidas no último período da administração Aguirre, que exercera atos de vandalismo contra a população rio-grandense (LOBO, 1916: 234).

O caso gerou celeuma no Parlamento, que pediu explicações a Paranhos. Este defendeu-se argumentando que o governo brasileiro havia legitimado suas ações ao nomeá-lo para a missão e aprovado o convênio de paz antes das manifestações do Almirante Tamandaré⁹. Paralelamente às críticas, despontaram elogios ao chefe da missão brasileira, inclusive do presidente argentino, que reiterou os esforços de Rio Branco em nome da pacificação da região e do presidente uruguaio eleito, Venâncio Flores: “[...] o governo brasileiro deixou-se cegar por alguma nuvem, e que não tardará o dia da reparação devida a V. Ex. [...]” (LOBO, 1916: 263-264). A reparação de sua imagem, segundo o autor, viria no conflito contra o Paraguai, quando foi encarregado de organizar o governo provisório naquele país após a conclusão da guerra em 1870. Nas palavras de Joaquim Nabuco,

O que o conflito de 1864 vem a provar, a moralidade que se deve tirar dele, é que é sempre preferível evitar a ingerência, mesmo a do benefício e a do sacrifício, em país estrangeiro. Nessa espécie de incêndio, quem apaga o da casa contígua há de ver a sua abrasada por esse mesmo vizinho. Não é por ingratidão, nem por esquecimento do auxílio recebido, da vontade que ele mesmo reconheceu; é um ato irresponsável da maldade humana, dessa maldade que os melhores têm no fundo de si mesmos, que a razão, o verdadeiro sentimento, nestes, quase sempre converte em motivo de novo reconhecimento, mas que às vezes parece ter a

⁸ Citando um jornal da capital uruguaia, Hélio Lobo (1916: 189-190) diz que “A bandeira brasileira percorreu todos os pontos da linha e as casas de nossos principais chefes, sendo arrastada a vista da esquadra inimiga [...] o general Lamas pisou a bandeira, selando com este ato solene sua consagração à causa da pátria [...]”.

⁹ A demissão de Paranhos foi qualificada por Lobo (1916: 253-254) como um “golpe inopinado” e justificado pelo gabinete do império àquela altura ser ocupado pelos Liberais. O conservador Paranhos seria uma “vítima” de perseguição política. Sua casa passou a ser guardada pela polícia e sua família se viu forçada a procurar asilo na vizinhança. Quanto ao acordo negociado por Paranhos, apesar das críticas, ele foi mantido pelo Império.

função das grandes descargas elétricas, indispensáveis para a purificação do ar e renovação da vida (NABUCO, 2010: 433-434).

A interpretação de Joaquim Nabuco sintetizava o princípio do intervencionismo da política externa brasileira na segunda metade do século XIX, mantida no conflito contra o Paraguai. Ao seguir essa diretriz, o Estado brasileiro obteve a manutenção do *status quo* territorial e as rotas de navegação na bacia platina, embora tenha enfrentado problemas inerentes a ela, exemplificados pela Guerra do Paraguai (1864-1870). Eles seriam resolvidos somente no século XX, com o Barão do Rio Branco (FERREIRA, 2006: 229). Se é possível associar o processo histórico de construção do Estado brasileiro no tocante ao território ao elogio a Rio Branco (nesse caso tanto o pai quanto o filho), pode-se compreender o interesse de Hélio Lobo pelo conflito entre 1864-1865, pois no início do século XX os arquivos relativos às disputas na região do Rio da Prata ainda estavam sendo desbravados por historiadores e diplomatas. Completava o quadro a estratégia de ascender na carreira diplomática e nos espaços de sociabilidade que lhe eram disponíveis, como o IHGB.

Nessa casa, a publicação da obra não passou despercebida. Na seção “Bibliografia” da Revista, foi apresentada uma resenha sobre a obra da autoria de Max Fleiüss, na qual o método do autor foi elogiado:

Não abandonando nunca o método que adotou, o autor foge das narrativas estiradas, das referências copiosas, para preferencialmente resumir os fatos e precisar quanto possível, mercê dos documentos, a psicologia dos protagonistas e a evolução dos acontecimentos. Isso não quer dizer que o jovem e esforçado investigador de nossa História diplomática se haja adstringido às peças oficiais. Ao contrário - em mais de um lance, caem-lhe da pena, senhora do assunto versado, tersos períodos de comentários a propósito, de conceitos expressivos [...]. Estamos certos de que o Sr. Hélio Lobo há de aproveitar-se oportunamente desses e outros bons elementos para prosseguir na sua bem iniciada e bem tracejada empresa, - qual a de por a verdade inteira quanto à ação de nossa diplomacia em relação aos países vizinhos (RIHGB, 1916: 876-879).

A precoce carreira de Hélio Lobo como historiador era facilitada pelo exercício da diplomacia, que lhe permitia o contato com vasta documentação, dado o objeto de estudo que escolhera. Era prática comum aos membros do corpo diplomático brasileiro, quando estavam no exterior, a procura por documentos em arquivos, bibliotecas, museus e institutos de história. Os casos de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco são exemplares. Longe de ser uma ação motivada por interesses individuais, tal postura era associada às pretensões

territoriais do Brasil defendidas por Rio Branco e serviam como sustentação dos interesses do Estado republicano.

De fato, entre 1916 e 1917, o governo de Venceslau Brás estava às portas do conflito mundial, dado o agravamento das relações com o Império alemão. Os alemães instaram ao Brasil que bloqueasse suas operações comerciais junto à Inglaterra, forçando seu posicionamento na Guerra. Após protestar e negar o bloqueio, a relação entre os dois países ficou cada vez mais fria. Em fevereiro de 1917, o governo dos Estados Unidos rompeu as relações diplomáticas com o Império Alemão, induzindo a conduta do Brasil, que manteve sua neutralidade até abril do mesmo ano após um submarino alemão torpedear o vapor *Paraná*, que se localizava na França. As cobranças ao Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, se intensificaram em razão da inércia brasileira e levaram à sua renúncia. Seu sucessor foi Nilo Peçanha, antigo vice presidente e simpático à posição da Tríplice Entente (BRASIL, 1917-1918: VI-VII).

Em maio de 1917, outras duas embarcações brasileiras foram torpedeadas na França e o Congresso brasileiro autorizou a revogação da neutralidade no conflito, postura que permitia entender-se com os Estados Unidos. O relatório do Ministério das Relações Exteriores narrava ainda que, dado a gravidade daquele momento na história da humanidade, a política externa brasileira aparecia para justificar a ideia de solidariedade continental expressa na Doutrina Monroe (BRASIL, 1917-1918: 29-30).

A aliança bilateral era então consolidada, faltando apenas a declaração formal de estado de guerra, publicada em 16 de novembro de 1917 (BRASIL, 1917-1918: 96). Como Estado beligerante, o Brasil participou de reuniões com os integrantes da Tríplice Entente e enviou uma missão médica para o conflito, composta por quase uma centena de profissionais. Além disso, a participação das Forças Armadas do Brasil na guerra foi mínima. Foram enviados 13 oficiais aviadores que fizeram parte da RAF inglesa e foi criada a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), composta por cruzadores e contratorpedeiros sob a autoridade do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin. Na costa africana, em 1918, após sofrer com deficiências materiais, grande parte da tripulação foi acometida da epidemia de gripe espanhola, fragmentando a DNOG, que chegou à Europa um dia antes do armistício, anulando qualquer contribuição efetiva (BUENO, 2003: 462-463). Na interpretação de Amado Cervo,

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial decorreu em grande medida da subordinação da segurança nacional aos interesses da segurança

norte-americana. Embora o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães tenha induzido a pressão da opinião sobre o governo, era clara a disposição dos sucessores de Rio Branco de “marchar ao compasso da diplomacia norte americana” [...] (CERVO, 2008: 127).

No entanto, o resultado da participação brasileira no conflito pode ser considerado interessante. A Grande Guerra encerrada em 1918 com a vitória da *Tríplice Entente* trouxe ganhos econômicos para o Brasil, que se tornou no fim da década de 1910, um mercado significativo para os estadunidenses, principais compradores do café do país. Tudo graças à consolidação da influência estadunidense no meio político e diplomático.

Aproximações histórico-diplomáticas com os Estados Unidos

A proximidade política entre Brasil e Estados Unidos, embora datada do período de independência brasileira, começou a dar sinais de crescimento na segunda metade do século XIX, quando foi sustentada pelo interesse comercial estadunidense, posição intensificada com o advento da República. A gestão de Rio Branco acabou aprofundando o relacionamento bilateral, gerando como tarefa imediata a seus sucessores a manutenção desse quadro. E essa oportunidade surgiu com os momentos finais do conflito mundial em 1918 e na declaração do presidente estadunidense Woodrow Wilson e seus “Quatorze Pontos”, defendidos em janeiro de 1918, que referiam-se a uma série de definições territoriais. Entre eles destacava-se o 14º, que propunha o estabelecimento de uma associação geral das nações e que deveria ser formada com o fito de dar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos grandes e pequenos Estados.

O Brasil, considerado aos olhos de alguns estadistas e oligarcas, era uma “nação satisfeita”, conforme expressão de Garcia (2000: 51). O crescimento relativamente estável das exportações e a participação em conferências internacionais conferia-lhe certo prestígio, traduzido em textos elogiosos intercambiados por intelectuais e direcionados ao maior expoente político-econômico da América, os Estados Unidos, além dos países vizinhos. Esses escritos apareciam como instrumentos legitimadores da tese de que havia um relacionamento positivo entre o Brasil e seu continente, reafirmando a importância da diplomacia.

Pode-se afirmar que Hélio Lobo seguiu esse caminho ao publicar diversos ensaios em 1918, sendo a maioria oriunda de conferências nos Estados Unidos e no Brasil. O livro

“Cousas diplomáticas” era um exemplo, ao reunir textos apresentados nas Universidades de Harvard e Columbia e na Associação Cristã de Moços, todos em 1917 (LOBO, 1918).

O primeiro texto do livro, ainda que se referisse ao passado, procurava responder uma questão do tempo presente, método bastante utilizado por Hélio Lobo. Intitulava-se “A guerra marítima e as tradições internacionais do Brasil” e tinha como subtítulo “a propósito do torpedeamento do Rio Branco”, referindo-se à embarcação brasileira que fora atacada por navios alemães em maio de 1916. No texto, a documentação utilizada pelo autor segue a presente em “O Brasil e seus princípios de neutralidade”, de 1914. A tese apresentada era a de que o torpedeamento do Rio Branco representava uma afronta às tradições liberais do Brasil no que tangia à guerra marítima e não estava de acordo com os preceitos jurídicos em voga. Tais fatos demonstravam a legitimidade da indenização reclamada pelo governo brasileiro à época (LOBO, 1918: 25-26).

O segundo capítulo, “Esforço malogrado”, referia-se às relações entre o Império brasileiro e o Paraguai entre 1844-1856. Era uma continuação das pesquisas sobre as negociações diplomáticas que antecederam a guerra contra aquele país em que Hélio Lobo buscou mostrar as intenções “autênticas e respeitadas” do Brasil, face ao comportamento turbulento de seus vizinhos que hostilizavam contra sua postura na região do Rio da Prata. O Paraguai de López, que desrespeitara o Tratado de Aliança mútua de outubro de 1844, fazia uma série de reclamações relativas aos limites entre os dois países. Somava-se a tais fatos o expansionismo de Juan Manuel de Rosas, ditador e presidente argentino desejoso por reunir o Vice Reino do Rio da Prata, postura que colocava em risco o poder e a influência brasileira na região, especialmente no Uruguai.

Munido da documentação trocada entre as legações brasileira, uruguaia e argentina entre 1844 e 1856, Hélio Lobo elaborou um painel histórico das intervenções brasileiras e das diversas tentativas de alianças na região, explicitando a ideia de que a manutenção do *status quo* imperial prolongava-se na defesa e intervenção no *status quo* territorial da região. O fracasso decorrente das negociações e a instabilidade das alianças do Império com argentinos, uruguaio e paraguaio representava, ao fim, a busca pela consolidação do Estado nacional brasileiro apesar dos projetos vizinhos (LOBO, 1918: 29-79).

A terceira parte de *Cousas Diplomáticas* trazia três capítulos sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Os textos foram apresentados em *lectures* realizadas nos Estados Unidos por ocasião de uma visita no início de 1917 a convite das universidades de Harvard e Columbia. “Uma velha amizade internacional”,

título de seu ensaio, era subdividido em “Uma amizade que se funda”; “Nuvem que passa” e “Uma só estrada”, contemplando o período de 1822-1916. Em função do convite feito pela União Pan-americana e dos espaços em que realizou suas conferências, Hélio Lobo, procurou elaborar textos elogiosos acerca do relacionamento entre os dois países, dedicando-os ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan (LOBO, 1918: 79).

O esquema adotado por Hélio Lobo seguia a visão de mundo da diplomacia da Primeira República, na qual o argumento jurídico e as referências intelectuais desse campo de estudos eram instrumentos que validavam a sua interpretação da história. É o que se nota nas primeiras páginas, quando evoca as palavras de Antonio Pereira Pinto, jurista, político e membro do IHGB no século XIX, para referendar o pioneirismo dos Estados Unidos no reconhecimento da independência do Brasil. Na citação, os estadunidenses são apresentados como a primeira potência que havia realizado o feito, ao passo que os ingleses pediam benefícios comerciais em troca do ato político, e os austríacos, ligados por “vínculos bem estreitos ao fundador do Império”, procuravam manter seus compromissos com a Santa Aliança e afastar qualquer elogio indireto a uma colônia que aspirasse a independência (LOBO, 1918: 86). A menção a Pereira Pinto era proposital. Além de ser uma referência intelectual - em 1864, data de publicação de seu livro sobre o direito internacional, era diretor do Arquivo Público do Império - qualificava os Estados Unidos como “a mais poderosa nação do Novo Mundo”, nota que servia como elogio ao poder político desse país no continente em pleno século XIX (LOBO, 1918: 87).

Para Hélio Lobo, a americanização do Brasil datava do período da independência e foram os brasileiros os requerentes da criação de uma aliança ofensiva e defensiva entre os países americanos, invalidando a tese de que havia rechaçado a participação na reunião proposta por Bolívar em 1826. Além disso, seriam os brasileiros os primeiros a reconhecer a Doutrina Monroe como um “anteparo eficiente às ambições da Europa” e “ter vergonha de manifestar a simpatia pelos Estados Unidos era incompatível com os países conscientes de sua força como eram os latino-americanos” (LOBO, 1918: 88-89).

A historiografia brasileira sobre as relações com os estadunidenses apresenta argumentos que servem para compreender de forma distinta o momento debatido por Hélio Lobo. Moniz Bandeira (1973) entende que não havia qualquer tipo de simpatias sinceras por parte do país de James Monroe, pois desprezavam as monarquias, mas neutralizavam-se diante da esperança de vender o algodão e o sabão mais caro aos brasileiros, argumento

endossado por Lars Shoultz (2000). Nessa esteira, Villafañe Santos (2004: 55) interpreta a aproximação junto aos Estados Unidos no período como uma necessidade decorrente da forma de governo brasileiro, na forma em que o “americanismo brasileiro [...] nunca passou do plano das intenções e não se traduziu em políticas concretas, perseguidas de modo consistente”.

De outro lado, não se pode afirmar que a interpretação de Hélio Lobo era ingênua. O diplomata-historiador procurava enviesar sua explicação histórica de modo a interpretar os atritos bilaterais como atitudes equivocadas de indivíduos, não dos governos em si. Em outras palavras, ganhavam peso as ações subjetivas e não o que seria provavelmente as diretrizes da política externa de um país, no caso, a dos Estados Unidos.

Um dos exemplos foi o ocorrido entre o governo brasileiro e Conty Raguet, representante estadunidense no Brasil entre 1825-1827, que teria qualificado a esquadra brasileira como covarde e os habitantes do país de “não civilizados” em razão de uma indenização requerida pelos estadunidenses (LOBO, 1918: 93-95).

O afastamento em relação ao Brasil ocorreu apenas na década de 1860, período abordado em “Uma nuvem que passa”, quando problemas internos (a eclosão da Guerra Civil) e regionais (as Guerras Platinas com o Uruguai de Aguirre e Paraguai de López contra o Brasil) forçaram-lhes a introversão. Os problemas com o general da União James Watson Webb exemplificavam tal hipótese. O alegado abrigo das embarcações confederadas em portos brasileiros gerou reclamações do representante unionista, que atentou contra a soberania territorial do Império ao retirar à força o cruzador *Wachussets* do porto de Salvador, ao passo que o desenrolar dos fatos mostrou que “acima do general Webb e seus requisitórios, estava a justiça americana na sua mais serena compreensão” e “ausente Webb [por ocasião de outros desentendimentos] tudo voltou à tranquilidade e harmonia primitivas” (LOBO, 1918: 146 e 178).

Às contingências e ressentimentos daqueles momentos, sucedeu-se o progressivo entendimento entre os dois países a partir da década de 1870 até o início do século XX. O marco de virada seria a visita do Imperador brasileiro aos Estados Unidos em 1876, centenário da independência do país, e o convite para arbitrar uma questão indenizatória contra os ingleses em 1871 (LOBO, 1918: 186).

O advento da República foi outra demonstração da proximidade dos dois países. Falando ao público daquele país, Hélio Lobo afirmava que “levada daqui para o sul foi nossa Constituição de 24 de fevereiro. Também daqui recebemos, na lição de vossos

arestos, a arte de interpretar, código em punho, as franquias individuais” (LOBO, 1918: 190).

A americanização decorrente da republicanização do Brasil após 1889 representava a confluência de interesses mútuos que se ampliaram com o acordo de 1891, negociado por Salvador de Mendonça e James Blaine¹⁰ e na realização das conferências interamericanas em Washington (1889-1890), Cidade do México (1902), Rio de Janeiro (1906) e Buenos Aires (1910). No esteio dos primeiros anos sob a forma republicana, a voz destoante nesse processo de americanização era a de Eduardo Prado, o qual Hélio Lobo (1918: 199) qualificava como um “talento de exceção e alma de bondade”, porém marcado pela reprovação ao regime. No entendimento do autor, essa postura desconfiada, típica do pensamento monarquista, não pertencia aos anos 1910.

Acaso seria lícito duvidar hoje da amizade americana, da solidariedade americana, da harmonia internacional americana? [...] Bastaria considerar a já formada opinião pública americana e as assembleias em que se expressa, para deduzir-se o interesse brasileiro. Livros nossos, hoje já sem número, insistem em atestar a identidade política internacional nos dois países. As reuniões internacionais na América, neles não se esquecem, e o movimento pan-americano é uma verdade. Quem negará a estas horas a eficiência de tais comícios? (LOBO, 1918: 200-201)

As intenções de Hélio Lobo eram, ao fim, validar a coerência histórico-jurídica do Brasil em matéria de litígios internacionais, postura compreendida por razões suficientemente claras, pois era um representante oficial do Estado e, complementarmente, se legitimar a aproximação com os Estados Unidos pela via historiográfica e diplomática. Como se nota na passagem acima, para ele havia uma solidariedade, uma harmonia internacional americana. Os anos pós-Guerra colocariam o Brasil e essas atitudes à prova.

Considerações finais

À luz da trajetória de Hélio Lobo, os anos de 1908 a 1920 podem ser interpretados como cheios de transformações na diplomacia, na política externa e nas relações internacionais.

¹⁰ O tratado bilateral assinado em 1891 foi denunciado pelos Estados Unidos em 1894 por não ter cumprido as aspirações iniciais de promover a intensificação do comércio de produtos dos quais os dois países dependiam. O debate pela assinatura do convênio, bem como sua denúncia, gerou enorme polêmica envolvendo o diplomata brasileiro, acusado de negociar sem autorização do governo brasileiro (PEREIRA, 2009).

Na diplomacia, observava-se a transição da gestão Rio Branco para a de seus seguidores (notadamente Lauro Müller e Domício da Gama). Responsável pela resolução das disputas territoriais do Brasil com seus vizinhos, o chanceler deixou um legado que foi incorporado pelo Itamaraty e se espalhou por instituições como o IHGB. Hélio Lobo foi um dos indivíduos iniciados nesse período, percorrendo uma trajetória comum a diversos colegas ao trabalhar com pareceres jurídicos e relatórios diplomáticos. Esse “método diplomático” requisitado por Rio Branco levou-o a conhecer os arquivos da diplomacia do Império e dali, a participar do IHGB, que procurava adaptar-se ao *modus operandi* republicano.

Uma consequência importante dessa trajetória foi procurar manter as diretrizes da política externa brasileira erguidas até então, face às tensões da década de 1910. Para Hélio Lobo, tal atitude foi traduzida na elaboração de obras que envolviam história, diplomacia e Direito, como *Antes da Guerra* (1914a), *O Brasil e seus princípios de neutralidade* (1914b), *Às portas da Guerra* (1916) e *Cousas diplomáticas* (1918). Elas representavam sua visão de mundo, embasada na tese de que as ações do Estado brasileiro na segunda metade do século XIX eram extremamente úteis para referendar o tempo presente. Esse raciocínio, validado pelo Itamaraty e por outros intelectuais brasileiros no início do século XX dentro do próprio IHGB, ganhava força ao se apoiar na lógica jurídica supostamente avessa aos idealismos e paixões políticas.

As vozes discordantes desse entendimento vinham principalmente dos dirigentes dos países vizinhos, que percebiam com desconfiança as ações do Estado brasileiro, ultrapassando as críticas textuais. Na primeira década do século XX se tornaram notórios os desentendimentos entre Estanisláo Zeballos (ministro das Relações Exteriores argentino) e o governo brasileiro, a ponto do primeiro ser acusado de interceptar e decifrar a correspondência diplomática do segundo, gerando na mal-estar entre os dois países.

Ao historiar os antecedentes e as consequências do conflito entre o Brasil e o Uruguai de Aguirre em 1864 e os diversos episódios nos quais foi requisitada a neutralidade do país no contexto internacional, Hélio Lobo justificava – e corroborava – o posicionamento estatal brasileiro no início do século XX. Este tinha por objetivo estreitar ainda mais as relações políticas e econômicas com os Estados Unidos e definir o papel do Brasil às vésperas da Grande Guerra de 1914-1918. Com o desenrolar do conflito, a dinâmica internacional se estruturou de modo a colocá-los cada vez mais próximos,

contexto que permitiu a Hélio Lobo, através da prática historiográfica, demonstrar o quão duradouro era o laço de amizade entre os dois países, na expressão do próprio diplomata.

Ao fim, esse processo de aproximação, iluminado pela trajetória de Hélio Lobo, constituía uma resposta às demandas da política externa e das relações internacionais sem Rio Branco. Do mesmo modo, era possível visualizar outros diplomatas sob a mesma condição, trabalhando para atender à configuração dos novos tempos. Desse prisma, não se observa um traço inovador em sua visão de mundo, mas um esforço coletivo característico da diplomacia brasileira no início do século XX. O que torna sua carreira instigante é sua estruturação e o debate realizado em suas obras, que refletiam não somente a postura estatal, mas seu empenho em galgar os degraus da distinção social. A combinação entre esses elementos é fundamental para compreender a configuração da política externa brasileira naquele momento e, complementarmente, avaliar a percepção do passado diplomático do Brasil por um diplomata raramente lembrado pelos estudiosos da história da diplomacia brasileira.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. **A diplomacia brasileira no Prata: injúrias, motivos e pretextos (1863-1864)**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917-1918.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GARCIA, Eugenio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/FUNAG, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

IHGB, **RIHGB**, Tomo LXXV, parte II, 1912; Tomo 80, 1916.

LOBO, Hélio. **A diplomacia imperial no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: s/ed., 1911-1912.

_____. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): A Câmara em 1864 - A Agitação Liberal - O impulso para a intervenção no sul. **Revista Americana**, v. VII, 1912a, pp.17-33.

_____. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): O emissário brasileiro José Antônio Saraiva - As instruções do governo imperial (continuação). **Revista Americana**, v. VII, 1912b, pp.146-157.

_____. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): Aguirre a intransigência "Blanca" - Como são acolhidos os primeiros ensaios de pacificação. **Revista Americana**, v. VIII, 1912c, p. 595-615.

_____. **Antes da Guerra: A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1914a.

_____. **O Brasil e seus princípios de neutralidade**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914b.

_____. **Às portas da guerra: do ultimatum Saraiva, 10 de agosto de 1864 à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

_____. **Cousas diplomáticas.** Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil.** São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade.** Bauru, Edusc, 2001.

NABUCO, Joaquim. Resposta as mensagens do Recife e de Nazaré. In: NABUCO, Joaquim. **Essencial Joaquim Nabuco** (organização e introdução por Evaldo Cabral de Mello). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898).** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Antonio Pereira. **Apontamentos para o Direito Internacional.** Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1864.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SCHOULTS, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Bauru: EDUSC, 2000

VIGEZZI, Brunello. In: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Recebido: Novembro 2013;

Aprovado: Julho 2014.